

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL

NC 1040-18 APPLIANCES FIREWALL CHECKPOINT

COMPUGRAF TELECOM LTDA., inscrita no CNPJ/MF, sob nº 02.808.705/0001-65, com sede na Avenida Angélica, 2.330/2.346/2.364, 12º Andar, Conjunto 124, Bairro Consolação, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01228-200, por seus procuradores infra assinados, vem, através desta apresentar a:

IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

Ao Pregão Eletrônico Nacional NC 1040-18 da empresa ITAIPU Binacional, pelos motivos de fato e direito a seguir expostos:

I - DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

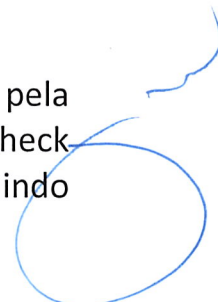
Primeiramente cumpre esclarecer que o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL NC 1040-18**, foi publicado em 16/07/2018 com início da Sessão Pública em 02/08/2018 a partir das 09:00 horas.

Com base na cláusula 2.23.1 do certame, qualquer interessado pode impugnar o Caderno de Bases e Condições (CBC) até dois dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas.

Logo, a presente Impugnação está tempestiva

II – DA LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

Considerando os Softwares e os “appliances” a serem ofertados pela Requerente no presente Edital, são fabricados/desenvolvidos pela Check Point e a Requerente é a revendedora desses produtos, não possuindo



qualquer gerência sobre eles;

É sabido que as partes podem, livremente, de acordo com o artigo 416, parágrafo único do Código Civil, determinar valores para indenização, bem como o artigo 412 do Código Civil prevê que “O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal”.

Além dos artigos legais acima expostos, a Requerente em 2013 firmou contrato, através da Licitação - NC 1114A-13 com a Itaipu, cuja limitação aos danos foi acatada, através do Aditamento 1 ao NC 1114A-13.

Questionada sobre o mesmo item e com as mesmas bases legais argumentadas, referente a este Pregao – NC1040-18, a Itaipu não limitou a responsabilidade da Contratada, ora Requerente, aos danos diretos.

Trata-se de pronto, de uma controversa por parte da Itaipu perante a Proponente.

Ao assumir um obrigação contractual é inexorável mensurar se o risco assumido. Uma empresa responsável que busca honrar as obrigações contratuais assumidas, não se permite ser parte integrante de um contrato cujos os riscos não estão mensurados.

Desta feita, requer seja aceita a presente limitação ao valor do contrato, pelos motivos acima expostos, aditando-se o presente Edital.

III – DO PAGAMENTO E ENTREGA DA LICENÇA DE SOFTWARE

No item 1 do Anexo I – Especificações Técnicas é mencionado que o período de suporte, manutenção e garantia dos produtos será por 36 (trinta e seis) meses.

Ocorre que os pats numbers mencionados no edital referem-se a produtos com vigência de 12 (doze) meses. Desta feita, contradiz a solicitação de vigência constante nos itens 1 e 2 do Anexo I.

Do mesmo modo, não é clara a forma de faturamento e os prazos da solução, não estando claro se deve-se realizar um único faturamento ou não.

Salienta-se ainda que o software a ser ofertado é importado, e para que possamos estimar o valor das licenças dos anos 2 e 3, será apresentado o valor referencia em Reais e este valor posteriormente convertido na taxa do dólar PTAX de Venda, publicado pelo Banco Central do Brasil, do dia anterior à data de aceite do pedido/proposta.

IV – DO DESCRITIVO DOS SERVIÇOS TECNICOS

A Requerente efetuou diversos questionamentos referentes ao Anexo I – Especificações Técnicas, e a Itaipu em suas respostas não deixou claro e nem sequer sinalizou o detalhamento do ambiente a ser suportado.

Deixou em diversas questões, respostas vagas e nao especificadas.

Dado a este fato, e assumindo que o contrato, além de fornecimento de Appliances e Softwares prevê prestação de serviços técnicos, a Requerente entende que a Proposta Técnica Comercial, preve todo o detalhamento do escopo técnico e todos os itens entregáveis.

Com isso, a Proposta Técnica Comercial, deverá prevalecer sobre todo e qualquer documento do presente Pregão.

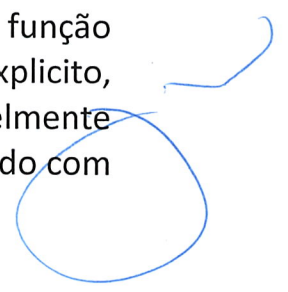
V – DO EMBASAMENTO LEGAL

Os pontos levantados na presente impugnação geram obscuridade na prestação dos serviços, divergencia e conflitos de entendimentos que podem prejudicar o presente processo licitatório.

Com efeito, o exame do edital revela situação que merece urgente reparo pela autoridade administrativa elaboradora do instrumento convocatório, pois cria óbice à própria realização da disputa.

Dessa forma, respeitosamente, requer-se a adaptação e/ ou retificação do edital nos termos da argumentação que segue.

Em sintonia com a legislação pátria percebe-se nitidamente que a função primordial do Edital de Licitação é a de ser um instrumento claro e explicito, acerca de todas as exigências que se mostrarem indiscutivelmente necessárias, organizadas de forma sistemática, processadas de acordo com



os procedimentos legais, jurisprudências, doutrinárias, propiciando de forma clara e explícita a isonomia entres os pretendentes licitantes, amparado pelo sagrado Princípio Constitucional da Competitividade.

Neste sentido, BITTENCOURT, Sidney. Licitação passo a passo. 4ª ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Temas & Idéias Editora, 2002 p. 17, - leciona o seguinte:

“O ato convocatório deve estabelecer, portanto, regras para o certame, respeitando as exigências necessárias para assegurar a proposta mais vantajosa, sendo inválidas todas que maculem o caráter competitivo da licitação, uma vez que, nos casos de competição inviável, há a autorização legal de contratação direta.”

Destarte, o descumprimento a um princípio basilar do Direito afronta o sistema jurídico brasileiro.

Outrossim, cabe referir que quando o Edital conter falhas ou for inadequado ao interesse público, este deverá ser corrigido, através de alteração de itens ou condições, redação ou, até mesmo, ser elaborado novo edital.

VI – DOS REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto, requer-se a impugnação do Pregão Eletronico Nacional NC 1040-18, para posterior correção e nova publicação, de forma a refletir aos principios legais.

Termos em que,
pede deferimento.

São Paulo, 31 de julho de 2018.

COMPUGRAF TELECOM LTDA.

José Carlos Cordeiro Martins
CPF 119.111.393-01

Adriana Offidani
CPF 185.076.888-96